

SELEÇÃO PÚBLICA

Estágio remunerado - Direito

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

NOME DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

Leia com atenção as instruções

1. Ao receber o caderno de provas, preencha o espaço reservado para a identificação do candidato;
2. Verifique se este caderno contém 50 questões objetivas, numeradas de 1 a 50, e uma questão subjetiva. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores;
3. É vedada a utilização de qualquer aparelho eletrônico durante a realização da prova. O candidato que estiver portando equipamento eletrônico deverá desligá-lo antes do início da prova;
4. Para cada questão existe apenas UMA resposta certa;
5. Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões objetivas e escolher a resposta certa. Depois, verifique no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D) da resposta que você escolheu e marque essa letra na FOLHA RESPOSTA, conforme o exemplo: **A B C D** ;
6. Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul;
7. Será considerada como não pontuada a questão em que a resposta não corresponder ao gabarito oficial, estiver com mais de uma alternativa assinalada, estiver totalmente em branco, rasurada, ou preenchida fora do campo reservado às respostas;
8. Redija a questão subjetiva na FOLHA RESPOSTA. Escreva com letra legível, respeitando os parágrafos e os limites de linhas. Não serão corrigidas questões escritas a lápis, nem na folha de rascunho;
9. A duração da prova é de 3hs (três horas), para responder a todas as questões e preencher a FOLHA RESPOSTA;
10. Durante a prova é vedado ao candidato pedir esclarecimento sobre o conteúdo dos enunciados das questões. Não será permitida qualquer consulta;
11. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem a autorização do fiscal de sala. Caso o candidato deseje ir ao banheiro, deverá informar à equipe de supervisão da fiscalização da prova, para as providências necessárias;
12. O candidato poderá entregar o cartão resposta e deixar a sala apenas 1h (uma hora) depois do início da realização da prova. Após a conclusão da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido. Caso deseje anotar o gabarito assinalado, só poderá fazê-lo mediante folha de rascunho a ser entregue pelo próprio fiscal;
13. O caderno de prova poderá ser levado pelo candidato desde que esteja faltando 30 (trinta) minutos para o período de conclusão da prova e que seja previamente autorizado pelo fiscal;
14. A desobediência a qualquer uma das recomendações acima, implicará a eliminação do candidato.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

www.defensoria.ce.def.br

 [fb.com/DefensoriaCeara](https://www.facebook.com/DefensoriaCeara)

 twitter.com/defensoriaceara

PROVA OBJETIVA

DIREITO ADMINISTRATIVO

01. “ (...) impõe à Administração Pública direta e indireta a obrigação de realizar suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento”. A frase transcrita se amolda a qual princípio da Administração Pública:

- A) Princípio da Igualdade
- B) Princípio da Supremacia do Interesse Público
- C) Princípio da Continuidade
- D) Princípio da Eficiência.

02. Sobre os Poderes da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os Poderes da Administração Pública são instrumentos de trabalho por meio dos quais os órgãos públicos e entidades administrativas executam suas tarefas e cumprem suas funções.
- B) O Poder Normativo se traduz no poder conferido à Administração Pública de expedir normas gerais, ou seja, atos administrativos gerais e abstratos com efeitos *erga omnes*.
- C) O Poder Disciplinar é o poder de aplicar sanções aos particulares, independentemente de estes terem um vínculo de natureza especial com o Estado.
- D) O Poder Hierárquico é definido como uma atribuição concedida ao administrador para organizar, distribuir e principalmente escalonar as funções de seus órgãos e agentes.

03. A respeito do Poder de Polícia, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Poder de Polícia é sempre discricionário.
- B) O Poder de Polícia é considerado atividade típica de Estado e, portanto, somente pode ser exercido pelas pessoas jurídicas de direito público componentes da Administração Direta ou Indireta.

C) Um ato emanado em virtude do exercício do Poder de Polícia deve ser obedecido independentemente da vontade do administrado.

D) A doutrina e jurisprudência admitem a delegação das atividades de mera execução do Poder de Polícia, sendo os denominados aspectos materiais do Poder de Polícia.

04. “Os Estados, assim como as outras pessoas de direito público que criem para auxiliá-lo, tem que repartir, no interior deles mesmos, os encargos de suas alçadas, para decidir os assuntos que lhes são afetos, dada a multiplicidade deles”. Dessa forma, qual o instituto do direito administrativo que representa a divisão interna de competências entre órgãos e agentes de uma mesma pessoa jurídica:

- A) Descentralização.
- B) Desconcentração.
- C) Delegação.
- D) Outorga.

05. Assinale a alternativa CORRETA:

A) o DETRAN/CE – Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Ceará é um órgão administrativo da Administração Direta, não possuindo personalidade jurídica própria.

B) a SEMACE-Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará é entidade da administração indireta na condição de empresa pública, dotada de personalidade jurídica própria de direito público.

C) a CAGECE-Companhia de Água e Esgoto do Ceará é entidade da administração indireta na condição de autarquia, dotada de personalidade jurídica própria de direito público.

D) a ARCE-Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará é entidade da administração indireta na condição de autarquia especial, dotada de

autonomia orçamentária, financeira, funcional e personalidade jurídica própria de direito público.

06. Analise as seguintes assertivas:

I- A tortura de preso custodiado em delegacia praticada por policial constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

II - O estagiário que atua no serviço público, ainda que transitoriamente, remunerado ou não, está sujeito a responsabilização por ato de improbidade administrativa (Lei 8.429/1992).

III - Configura ato de improbidade administrativa a conduta de professor da rede pública de ensino que, aproveitando-se dessa condição, assedia sexualmente seus alunos.

Nos termos da jurisprudência do STJ-Superior Tribunal de Justiça:

A) apenas I e III estão CORRETAS.

B) apenas I e II estão CORRETAS.

C) I, II e III estão CORRETAS.

D) apenas II e III estão CORRETAS.

07. São atributos do ato administrativo:

I- presunção de legalidade e legitimidade;

II- imperatividade;

III - exigibilidade;

IV - executoriedade

Nos termos da doutrina majoritária:

A) apenas I e III estão CORRETAS;

B) apenas I e II estão CORRETAS;

C) apenas II e III estão CORRETAS;

D) I, II, III e IV estão CORRETAS.

08. Nos termos o entendimento sumulado pelo STJ e STF, assinale a alternativa INCORRETA:

A) É legítima a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo.

B) No processo administrativo para imposição de multa de trânsito, são necessárias as notificações da autuação e da

aplicação da pena decorrente da infração.

C) É necessário processo administrativo com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso.

D) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

DIREITO CONSTITUCIONAL

09. “Quem se propuser a uma análise em profundidade da evolução constitucional do Brasil não terá dificuldade em distinguir três fases históricas perfeitamente identificáveis em relação aos valores políticos, jurídicos e ideológicos que tiveram influxo preponderante na obra de caracterização formal das instituições: a primeira, vinculada ao modelo constitucional francês e inglês do século XIX; a segunda, representando já uma ruptura, atada ao modelo norte-americano e, finalmente, a terceira, em curso, em que se percebe, com toda a evidência, a presença de traços fundamentais presos ao constitucionalismo alemão do corrente século”. (BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 361) **Sobre a história das Constituições no Brasil, assinale a alternativa correta:**

A) A Constituição do Império do Brasil, outorgada em 25 de março de 1824, era considerada rígida, em virtude, principalmente, do absolutismo revelado pela previsão do Poder Moderador;

B) A Constituição de 1891, a primeira da República, consagrou um sistema de governo presidencialista, a forma de Estado federal e um país confessional;

C) A Constituição de 1937, conhecida como “Polaca”, em razão da influência da Constituição da Polônia de 1935, foi promulgada por Getúlio Dornelles Vargas, o qual implementou, em seu mandato, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e importantes direitos sociais, como o salário mínimo;

D) A Constituição de 1988, símbolo da redemocratização após o regime militar inaugurado em 1964, teve como um de seus parâmetros a Constituição portuguesa de 1976, ampliou o pluripartidarismo e estabeleceu o controle das

omissões legislativas, seja pelo mandado de injunção, seja pela ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

10. A respeito da organização do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta:

A) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios Federais, todos autônomos.

B) Os Estados poderão, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

C) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

D) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei ordinária estadual, dentro do período determinado por lei ordinária federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

11. O Poder Constituinte pode ser conceituado como o poder de elaborar ou atualizar uma Constituição. Já o Poder Constituinte Originário, conhecido também como poder constituinte inaugural, é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, rompendo por completo com a ordem jurídica precedente. A elaboração de uma nova Constituição é da competência do Poder Constituinte Originário, que traz em seu bojo as seguintes características:

A) Inicial, autônomo e permanente;

B) Derivado e reformador;

C) Vinculado e reformador;

D) Inicial, reformador e derivado.

12. Declarada inconstitucional uma lei pelo STF, no controle difuso, desde que tal decisão seja definitiva e deliberada por maioria absoluta do Pleno do Tribunal, o artigo 52, inciso X, da CF/88 estabelece ser da competência privativa do Senado suspender a execução, no todo em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF. Qual instrumento será utilizado?

A) Mandado de segurança.

B) Resolução;

C) Decreto legislativo;

D) *Habeas corpus*.

13. O artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal de 1988 estabelece a inviolabilidade domiciliar. O conceito normativo de casa, para fins de proteção a que se refere o artigo, revela-se abrangente e podendo estender-se a qualquer habitação coletiva, desde que ocupada. Com base no exposto, sem o consentimento do morador somente poderá adentrar nela quando:

A) Durante o dia, somente na flagrância de crime;

B) Durante a noite, somente por meio de ordem judicial;

C) Durante o dia e noite a qualquer tempo, sem necessidade de consentimento.

D) Durante o dia, com determinação judicial, e em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro será possível penetrar sem o consentimento do morador, não necessitando de determinação judicial.

14. O legislador, ao regulamentar os direitos, deve respeitar o seu núcleo essencial dando as condições para a implementação dos direitos constitucionais assegurados. Canotilho leciona que o princípio da democracia econômica e social aponta para a proibição de retrocesso, entendida em nosso ordenamento como a proibição de “contra-revolução social”. Com base no entendimento de que nem a lei poderá retroceder, marque a alternativa que elenca os direitos sociais previstos no texto constitucional.

A) a educação, a saúde, lazer, liberdade e a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer e a segurança privada;

B) a saúde privada, a alimentação saudável, direitos aos remédios jurídicos;

C) são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados;

D) direito a um processo justo e célere.

15. A Ação Popular foi elevada a nível constitucional na Constituição de 1934 e retirada em 1937, permanecendo no texto constitucional até os dias atuais. Assim como o voto, a iniciativa popular, o plebiscito e o referendo, a ação popular configura-se como um importante instrumento de democracia direta e de participação política. Com base no artigo 5º, inciso LXXIII, da Constituição de 1988, quais são os requisitos da ação popular?

A) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas e do ônus da sucumbência;

B) É parte legítima para propor ação popular qualquer cidadão que vise a anular ato lesivo ao patrimônio particular, salvo comprovada má-fé, isento de custas e do ônus da sucumbência;

C) Somente será parte legítima as associações devidamente registradas e que a ação vise a combater ato lesivo ao patrimônio público de forma abrangente, ficando responsável pelas custas processuais, salvo se solicitar o benefício da justiça gratuita;

D) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e

cultural, ficando responsável pelo pagamento das custas e honorários advocatícios.

16. O parágrafo primeiro do art. 102 da CF/88, de acordo com a EC 3/93, trouxe o instituto chamado de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, conhecida como ADPF. É um tipo de ação, ajuizada exclusivamente no STF, que tem por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público. A ADPF é disciplinada pela Lei Federal 9.882/99. Não é cabível ADPF quando existir outro tipo de ação que possa ser proposto. Elenque os legitimados para interpô-la:

A) Presidente da República, Mesa do Senado Federal, Mesa da Câmara dos Deputados, Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal e associação comunitária;

B) Presidente da República, Mesa do Senado Federal, Mesa da Câmara dos Deputados, Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Governador do Estado ou do Distrito Federal, Procurador - Geral da República, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional, confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;

C) Presidente da República, Mesa do Senado Federal, Mesa da Câmara dos Deputados, Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Governador do Estado ou do Distrito Federal, Prefeito Municipal, Procurador - Geral da República, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional, confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;

D) Presidente da República, Mesa do Senado Federal, Mesa da Câmara dos Deputados, Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Governador do Estado ou do Distrito Federal, Procurador - Geral da República, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação em Assembleias Estaduais.

DIREITO CIVIL

17. Sobre o direito aos alimentos previsto no Código Civil, marque a opção correta:

A) o direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais, filhos, tios e sobrinhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros;

B) são devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, mesmo que aquele de quem se reclamam não possa fornecê-los sem desfalque do necessário ao seu sustento;

C) podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação;

D) na falta dos ascendentes cabe a obrigação aos descendentes, caso o Estado não possa fornecer nenhum benefício assistencial.

18. Abimael, tendo 19 anos e 03 meses de idade e sendo ébrio habitual, celebrou negócio jurídico com Conceição sobre a compra e venda de um cavalo puro-sangue lusitano, sem assistência de qualquer pessoa, vendendo-o por um valor 4% acima do de mercado. Esse negócio é:

A) perfeitamente válido;

B) nulo;

C) relativamente ineficaz;

D) anulável.

19. Galhardo reside há vinte e seis anos em um barraco construído dentro de uma praça pública municipal e ficou sabendo que a Defensoria Pública se encontrava naquela praça prestando assistência jurídica itinerante a pessoas que são vulneráveis economicamente. Assim, ele procurou o Defensor Público que lá se encontrava e obteve a seguinte orientação sobre sua situação:

A) como possuidor de boa-fé do bem, o Galhardo já é dono do bem;

B) como ocupante do bem, Galhardo pode ser considerado detentor ou possuidor, mas jamais proprietário e não terá defesa possessória em face do ente público;

C) como possuidor do bem, Galhardo tem direito à aquisição do bem por usucapião, mas depende de sentença judicial que o reconheça;

D) como possuidor de má-fé do bem, Galhardo pode adquirir o bem depois de passados 30 anos de posse pacífica, desde que cessada a má-fé.

20. Glória emprestou a quantia de R\$ 55.000,00 a Estela. Dois meses após o vencimento da dívida, Glória morreu vítima de uma descarga elétrica proveniente de seu aparelho de chapinha de cabelo, deixando 08 filhos menores de 16 anos de idade. É correto afirmar que o prazo prescricional:

A) sequer começou a correr;

B) foi suspenso em decorrência do falecimento de Glória, considerando que os filhos são menores de idade;

C) foi interrompido em decorrência do falecimento de Glória;

D) continuou correndo contra os filhos de Glória;

21. Sobre a responsabilidade civil, marque a opção INCORRETA:

A) São cumuláveis as indenizações por dano material e moral oriundas do mesmo fato.

B) Não incide imposto de renda quanto a indenização percebida a título de dano moral.

C) Configura dano moral indenizável a divulgação não autorizada da imagem de alguém em material impresso de propaganda político-eleitoral, independentemente da comprovação de prejuízo.

D) O valor correspondente à indenização do seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT) não pode ser deduzido do valor da indenização por danos exclusivamente morais fixada judicialmente, quando os danos psicológicos derivem de morte ou invalidez permanente causados pelo acidente.

22. Sobre a composição da base de cálculo da pensão alimentícia, marque a opção correta:

- A) quando estabelecida em percentual incide sobre o décimo terceiro salário e o terço constitucional de férias.
- B) o décimo terceiro salário compõe a base de cálculo da pensão alimentícia quando esta é estabelecida em valor fixo.
- C) os alimentos arbitrados em valor fixo não devem ser analisados de forma diversa daqueles arbitrados em percentuais sobre "vencimento", "salário", "rendimento", "provento", entre outros ad valorem.
- D) o décimo terceiro salário não compõe a base de cálculo da pensão alimentícia quando esta é estabelecida em valor fixo, mesmo que haja disposição transacional ou judicial em sentido contrário.

23. No que tange aos dispositivos e interpretação do Código de Defesa do Consumidor, pode-se afirmar que:

- A) a publicidade veiculada pelo fornecedor, quanto ao produto objeto da avença, desde que feita por escrito, é parte integrante do negócio;
- B) o prazo decadencial para reclamar de vícios ocultos em bens duráveis é de 90 dias a contar do momento em que ficar evidenciado o defeito;
- C) prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por vício do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo no primeiro dia útil após a aquisição do bem ou do produto;
- D) é possível a estipulação contratual de cláusula que atenua a obrigação de indenizar prevista no direito consumerista.

24. No que tange aos direitos do Consumidor, é INCORRETO afirmar que:

- A) O CDC é aplicável aos contratos de plano de saúde;
- B) O aparecimento de grave vício em revestimento (pisos e azulejos), quando já se encontrava devidamente instalado na residência do consumidor, configura fato do produto, sendo, portanto, de cinco anos o prazo prescricional da pretensão reparatória.

C) A aquisição de produto de gênero alimentício contendo em seu interior corpo estranho, expondo o consumidor a risco concreto de lesão à sua saúde e segurança, ainda que não ocorra a ingestão de seu conteúdo, dá direito à compensação por dano moral.

D) O shopping center não deve reparar o cliente pelos danos morais decorrentes de tentativa de roubo, não consumado apenas em razão de comportamento do próprio cliente, ocorrida nas proximidades da cancela de saída de seu estacionamento, mas ainda em seu interior.

25. Aponte a alternativa que contém afirmação incorreta sobre a autorização para viagens de crianças e adolescentes:

A) o adolescente poderá viajar sozinho e livremente por todo o território nacional, sendo desnecessária qualquer autorização;

B) crianças e adolescentes poderão viajar ao exterior, acompanhados de um dos pais, sem autorização judicial, mediante autorização expressa do outro genitor por intermédio de documento com firma reconhecida;

C) crianças e adolescentes poderão viajar ao exterior, acompanhados de terceiros maiores e capazes, com autorização de ambos os pais, por documento com firma reconhecida, independentemente de autorização judicial;

D) sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

26. Aponte a alternativa que contém afirmação correta sobre a guarda de crianças e adolescentes, conforme o ECA:

A) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, mas não contra os pais.

B) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos

procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.

C) Salvo expressa e fundamentada determinação em contrário, da autoridade judiciária competente, ou quando a medida for aplicada em preparação para adoção, o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros impede o exercício do direito de visitas pelos pais. , assim como o dever de prestar alimentos, que serão objeto de regulamentação específica.

D) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, exceto para fins previdenciários.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

27. Sobre as normas fundamentais do processo civil, analise os itens abaixo:

I) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.

II) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo quando se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

III) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados no curso do processo judicial apenas por juízes e membros do Ministério Público.

IV) Os juízes e tribunais deverão obedecer à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

Está(ão) CORRETO(S):

- A) Somente o item IV
- B) Somente os itens I e IV
- C) Somente os itens I, II e III
- D) Todos os itens

28. Sobre os negócios processuais dispostos no novo Código de Processo Civil, marque a alternativa INCORRETA:

A) Os negócios processuais podem ser celebrados antes ou durante a litispendência.

B) Como qualquer negócio jurídico, os negócios jurídicos processuais passam pelo plano da validade dos atos jurídicos.

C) O juiz controlará a validade dos negócios processuais apenas quando requerido pelas partes.

D) Durante toda a fase de negociação processual, vige o princípio da boa-fé processual.

29. Marque a alternativa correta:

A) Segundo o novo CPC, a tutela provisória pode fundamentar-se apenas em urgência.

B) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, só pode ser concedida em caráter antecedente.

C) A sumariedade da cognição e a precariedade são características essenciais da tutela provisória.

D) A tutela de urgência de natureza antecipada será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

30. Assinale a alternativa correta:

A) A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais exceto quando houver interesse de incapaz.

B) Os prazos para as manifestações da Defensoria Pública tem início com a publicação no diário oficial.

C) O prazo em dobro previsto para a Defensoria Pública não se aplica aos escritórios de prática jurídica das faculdades de Direito reconhecidas na forma da lei e às entidades que prestam assistência jurídica gratuita em razão de convênios firmados com a Defensoria Pública.

D) A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública, nos termos da lei.

31. Sobre a resposta do réu, analise os itens a seguir:

I. O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

II. Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que

impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.

III. Depois da contestação não é lícito ao réu deduzir novas alegações quando competir ao juiz conhecer delas de ofício.

IV. O ônus da impugnação especificada dos fatos se aplica ao defensor público.

Estão CORRETOS:

- A) Somente item II.
- B) Somente itens I e II.
- C) Somente itens II e IV.
- D) Somente itens III e IV.

32. Sobre os recursos no processo civil, assinale a alternativa correta:

A) O recurso só pode ser interposto pela parte vencida ou pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.

B) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.

C) O prazo para interpor qualquer recurso e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.

D) No recurso de apelação serão objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas, desde que relativas ao capítulo impugnado.

33. Analise os itens abaixo:

I. A petição inicial indicará: os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu.

II. Em qualquer caso, é competente o foro do domicílio do casal para ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável.

III. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Entretanto, esta não

será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual ou quando não se admitir a autocomposição.

IV. A execução dos alimentos provisórios, bem como a dos alimentos fixados em sentença ainda não transitada em julgado, se processa em autos apartados.

V. Os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro não dependem de homologação para serem executados.

Estão CORRETOS:

- A) Somente os itens I, III, IV e V.
- B) Somente os itens I e III.
- C) Somente os itens II, IV e V.
- D) Somente os itens I, II e III.

34. Sobre a ação civil pública assinale a opção correta:

A) A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

B) É vedado ao juiz conferir efeito suspensivo aos recursos, ainda que seja para evitar dano irreparável à parte.

C) Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória sem que a associação autora lhe promova a execução caberá apenas ao Ministério Público promovê-la.

D) Será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.

DIREITO PENAL

35. "O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados". Tal hipótese refere-se:

- A) ao crime preterdoloso.
- B) ao crime consumado.
- C) ao crime impossível
- D) a desistência voluntária e arrependimento eficaz

36. Em relação aos elementos subjetivos do crime, assinale a proposição correta:

- A) O dolo direto é a vontade de realizar a conduta e produzir o resultado.
- B) O dolo eventual é aquele pelo qual o agente não quer diretamente o resultado e também não aceita a possibilidade de produzi-lo.
- C) O dolo genérico é aquele no qual o agente tem a vontade de praticar a conduta típica com a especial intenção de atingir o resultado desejado.
- D) O dolo alternativo é aquele pelo qual o agente, diante da dificuldade de executar a conduta típica com os meios de que dispõe, busca uma forma alternativa para atingir o resultado.

37. Paulo, pessoa de grande porte físico, agarrou João pelas costas e o imobilizou com uma “gravata”. Com a vítima imobilizada, subtraiu-lhe a carteira, o celular e o relógio. Em seguida, deixou o local e soltou a vítima que não sofreu nenhum ferimento. Paulo cometeu crime de:

- A) roubo simples.
- B) furto qualificado pela destreza.
- C) roubo qualificado.
- D) extorsão simples

38. José adentra a um bar e pratica roubo contra dez pessoas que ali estavam presentes em dois grupos distintos de amigos, subtraindo para si objetos de valor a elas pertencentes. Nesta hipótese, segundo a jurisprudência dominante mais recente do Superior Tribunal de Justiça, José praticou:

- A) os crimes (dez crimes de roubo) em concurso material.
- B) um único crime de roubo.
- C) os crimes (dez crimes de roubo) em concurso formal.

- D) os crimes (dez crimes de roubo) em continuidade delitiva.

39. São elementos da tentativa:

- A) início de execução do tipo penal; falta de consumação por circunstâncias alheias à vontade do agente; dolo e culpa.
- B) início de execução do tipo penal; falta de consumação por circunstâncias alheias à vontade do agente; dolo.
- C) início de execução do tipo penal; falta de consumação por circunstâncias alheias à vontade do agente; culpa consciente.
- D) atos preparatórios; Início de execução do tipo penal; falta de consumação por circunstâncias alheias à vontade do agente; dolo e culpa.

40. Acerca do feminicídio é possível afirmar o seguinte:

- A) a pena é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto.
- B) a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime for praticado contra menor de 18 anos.
- C) a pena é aumenta-se de 1/3 (um terço) se o crime for praticado contra mulher durante o estado puerperal.
- D) não existe causa de aumento de pena.

41. Sobre a prescrição em matéria penal é correto afirmar:

- A) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo da sentença, menor de 21 (vinte e um) anos, ou na data do fato maior de 70 (setenta) anos.
- B) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.
- C) Regula-se, exclusivamente, pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime.
- D) Não incide a prescrição sobre a pena de multa.

42. Para a caracterização do crime de apropriação indébita é necessário:

- A) Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção.
- B) Apropriar-se de coisa alheia imóvel, de que tem a posse ou a detenção.
- C) Apropriar-se de coisa alheia móvel ou imóvel, de que tem a posse ou a detenção
- D) Apropriar-se de coisa alheia móvel, independentemente, da posse ou detenção.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

43. Foi instaurado inquérito policial para apurar prática de crime de roubo cometido, em tese, por João da Silva, sendo este, inclusive, preso preventivamente por determinação da autoridade judicial. De acordo com o Código de Processo Penal, o inquérito policial, nessa hipótese, deve ser finalizado em:

- A) 30 dias
- B) 15 dias
- C) 10 dias
- D) 5 dias

44. Iniciada a ação penal de iniciativa privada pela ocorrência, em tese, de crime de dano, o querelante deixou de promover o andamento do processo durante 30 (trinta) dias seguidos. Mesmo intimado para dar o devido andamento, permaneceu o querelante inerte, motivo pelo qual houve a decretação da extinção de punibilidade do querelado. Neste caso, houve:

- A) perempção
- B) decadência
- C) perdão
- D) renúncia

45. Com relação ao sistemas de avaliação das provas no processo penal, assinale a alternativa incorreta:

- A) De acordo com o sistema da íntima convicção do magistrado, este é livre para valorar qualquer prova,

podendo, inclusive, utilizar elementos probatórios que não estão no processo. Além disso, de acordo com tal sistema, o juiz não é obrigado a fundamentar o seu convencimento.

B) De acordo com o sistema da persuasão racional, o juiz tem a liberdade de valorar as provas do processo, tendo todas, em tese, o mesmo valor. Neste sistema, o magistrado é obrigado a fundamentar o seu convencimento.

C) De acordo com o sistema da prova tarifada, os meios de prova têm seu valor probatório previamente fixado pelo legislador. Neste caso, cabe ao magistrado realizar a somatória das provas, de acordo com o valor abstratamente fixado pelo legislador.

D) No Brasil, o Código de Processo Penal adotou, em regra, o sistema da prova tarifada, aplicando excepcionalmente o sistema da persuasão racional.

46. De acordo com o Código de Processo Penal e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, a prisão preventiva não poderá ser decretada:

- A) como garantia da ordem pública.
- B) por conveniência da instrução criminal.
- C) para assegurar a aplicação da lei penal.
- D) em razão da gravidade abstrata do crime.

47. Acerca das nulidades no âmbito do Direito Processual Penal, assinale a alternativa correta:

- A) As nulidades, sejam elas absolutas ou relativas, podem ser arguidas a qualquer tempo no âmbito do processo penal.
- B) É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguída no recurso da acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.
- C) Para o reconhecimento de nulidade, não é necessária a demonstração de prejuízo.
- D) A nulidade de um ato, uma vez declarada, não causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.

48. Sobre os recursos no âmbito do processo penal, marque o item INCORRETO:

A) O princípio do duplo grau de jurisdição consiste na possibilidade de reexame integral da matéria de fato e de direito da decisão do juízo *a quo*, a ser confiado a órgão jurisdicional diverso.

B) Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.

C) Em atenção ao princípio da indisponibilidade dos recursos, não é possível que o recorrente desista do recurso anteriormente interposto.

D) Em se tratando de recurso exclusivo da defesa, não se admite a reforma do julgamento impugnado para agravar a situação do acusado.

49. Sobre o habeas corpus, assinale a alternativa CORRETA:

A) O habeas corpus tem natureza jurídica de recurso.

B) Em se tratando de crimes ambientais, a pessoa jurídica pode ser paciente de habeas corpus.

C) Não é possível a impetração de habeas corpus preventivo, quando houver somente a ameaça à liberdade de locomoção.

D) Não se admite a impetração de habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração a que a pena pecuniária seja a única cominada.

50. Acerca da revisão criminal, assinale a alternativa CORRETA:

A) A revisão criminal consiste em ação autônoma de impugnação, da competência originária dos tribunais, a ser ajuizada após o trânsito em julgado de sentença condenatória ou absolutória imprópria, visando à desconstituição da coisa julgada.

B) No processo penal brasileiro, admite-se a revisão criminal *pro societate*.

C) O direito de ajuizar revisão criminal extingue-se no prazo decadencial de 2 (dois) anos.

D) Não é cabível revisão criminal contra decisões proferidas pelo Tribunal do Júri, em razão da garantia constitucional da soberania dos veredictos.

PROVA SUBJETIVA

“A Defensoria Pública recebeu da Constituição incumbência relacionada à própria razão de ser do Estado brasileiro, a consecução da democracia e do Estado de Direito, com missão que não se restringe assegurar a igualdade de todos apenas formalmente e em juízo.” (Sérgio Luis de Holanda Barbosa Soares Araújo, Defensor Público do Estado do Ceará, “A vítima da Criminalidade e Abuso de Poder e a Missão Constitucional da Defensoria Pública”. 1 ed. São Paulo: Rio de Janeiro. Livre expressão. 2015, página 171.)

“As pessoas em condição de vulnerabilidade suportam os maiores e mais graves violações de direitos humanos, numa realidade que contradiz o farto e sofisticado aparato normativo existente e exige um olhar diferenciado do Estado. Tal olhar é de interesse não apenas dos espoliados em sua dignidade, mas de todo o Estado democrático de Direito e de qualquer esperança em uma sociedade justa e solidária: os ônus da desigualdades acabam sendo suportados por... ainda que poucos percebam (ou admitam perceber) esse fenômeno” (Amélia Soares da Rocha, Defensora Pública do Estado do Ceará,)

Nesse contexto, discorra sobre a Defensoria Pública, abordando o conceito e funções constitucionais, princípios institucionais e sobre quem poderá ser assistido da Defensoria Pública, especialmente falando sobre hipossuficiência econômica e se comporta exceções.

	RASCUNHO		
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			